

AS FORÇAS ARMADAS E A PEC DA PREVIDÊNCIA (2)

26/02/2019



A PEC da Previdência e o Sistema de Proteção Social Militar (2)

Introdução

Esta nota aborda, uma segunda vez, o tema do Sistema de Proteção Social Militar (SPSM) no atual contexto brasileiro. Ela continua o trabalho anterior onde foi mostrado que, a exceção de um número extremamente reduzido de países, todos com relevância geopolítica inexpressiva, a maioria das nações do mundo optou por distinguir os seus Sistemas de Previdência dos seus respectivos SPSMs. As razões para que isto assim acontecesse foram exaustivamente discutidas na nota AS FORÇAS ARMADAS E A PEC DA PREVIDÊNCIA de 2016, trabalho cuja leitura é base para o entendimento deste documento e cujas hipóteses, metodologia e conclusões consideramos como base preliminar para o que abaixo se desenvolve.

Em um momento crítico para a evolução do longo processo de ajuste brasileiro, a sociedade se encontra unida no desejo de uma melhora, porém não há consenso como os custos deste serão distribuídos. Vários conflitos latentes foram se desenvolvendo e criando uma situação de baixíssima cooperação entre diferentes setores da sociedade, que lutam para não ver a sua fatia do bolo reduzida. A redução da autoridade do Executivo, crescente até o final de 2018, implicou que a capacidade de se obter um equilíbrio com ações e consequências distribuídas no tempo ficou prejudicada.

Isto é particularmente grave num momento em que o déficit público ainda é muito elevado e o desemprego permanece acima de 11,5%.

É preciso fazer o ajuste das contas públicas, e para tal o maior problema a ser enfrentado é o do déficit da Previdência.

A demografia se alterou e as pessoas estão vivendo mais. Portanto, para que não haja piora do déficit:

- a) ou se aumenta a contribuição;
- b) ou se reduz o benefício;
- c) ou se diminui o número de anos que o benefício será concedido, sendo a solução usual nesta hipótese aumentar a idade mínima para a aposentadoria.

Existe também um forte desequilíbrio per capita entre as causas do déficit previdenciário. A massa previdenciária do setor privado produz um déficit per capita muito menor que o do funcionalismo público, o que cria a sensação que existem privilégios e pode ser usado politicamente.

Neste contexto, vem ocorrendo há algum tempo uma confusão perigosa entre o problema de ajuste da Previdência e o desejo de se alterar as regras do SPSM. Conforme se alertou no nosso estudo anterior, isto é fruto de uma assemelhação entre duas situações que se parecem na superfície, mas que são, de fato,

extremamente diferentes. Trata-se de algo extremamente perigoso e que cumpre considerar com extrema cautela.

As Forças Armadas Brasileiras são **FUNDAMENTO BÁSICO da nossa IDENTIDADE NACIONAL**. O Brasil é um país onde o Estado criou a Nação e onde o papel dos militares neste processo foi fundamental mesmo antes da Independência.

Ao contrário do império espanhol nas Américas, o império português não se fragmentou. A população, de múltiplas origens étnicas, foi se fundindo no imaginário, e isso levou à construção de um povo. E o Estado, que foi fundamental na construção do espaço nacional, criou uma identidade nacional.

A dedicação a este propósito, expressa através da irrestrita e irrevogável adesão à hierarquia militar com a preservação da sua cadeia de comando, propiciaram ao Estado brasileiro, ao longo de quase dois séculos, não só a implementação de uma Defesa Nacional como também os meios para atender às mais variadas emergências. E resultam na imensa confiança que as pesquisas de opinião indicam sobre a sua confiabilidade.

A mudança demográfica e seus impactos na Defesa Nacional devem forçosamente ter abordagem distinta da questão do seu impacto sobre a Previdência. Enquanto a mudança demográfica é para a previdência social uma questão de equilíbrio atuarial entre receitas e despesas, para as Forças Armadas representa um problema militar, com graves e não triviais consequências nas questões de defesa e de poder entre as nações.

Na verdade, o tema principal do Sistema de Proteção Social dos Militares é o **militar**, voltado para a atração e retenção de talentos cuja missão é a prontidão para aplicação do poder bélico da nação em prol da Defesa Nacional, das operações de Garantia da Lei e da Ordem (tão comuns e importantes nos dias de hoje) e das demais atividades subsidiárias atribuídas aos Comandos Militares.

Este compromisso faz parte de um contrato social que não deve ser alterado sem profunda reflexão sobre as consequências do que se está fazendo.

O militar brasileiro, desde muito jovem, enfrenta uma vida de disciplina e regras que tonam o que foi dito acima possível. Não goza dos mesmos direitos trabalhistas que os trabalhadores civis gozam. E a grande garantia que têm para si e suas famílias é o SPSM. Isto é parte fundamental do contrato.

No que se segue, serão discutidos alguns pré-requisitos fundamentais para que os compromissos essenciais implícitos neste contrato social não sejam rompidos. Mais ainda, para que eventuais evoluções de modelo não só não sejam um rompimento, como também sejam transmitidas e percebidas como equilibradas. Como na nossa nota anterior as nossas considerações se basearão em quatro conceitos fundamentais: **Equidade, Inovação e Adaptabilidade, Dimensões Legais e Históricas e Comparação Internacional**. Todavia, para poder clarificar as condições que eventualmente permitiriam lidar com o problema de forma racional examinaremos primeiro a história de como chegamos ao momento atual.

As Origens da Situação Fiscal Brasileira Atual

A *hysteresis*, isto é, a história de como chegamos onde estamos, é fundamental para a tentativa de se construir políticas públicas que promovam a solução dos problemas nacionais e que alavanquem o desenvolvimento.

Em particular, para a análise que se objetiva, a compreensão sobre a evolução histórica do problema fiscal do Brasil e dos conflitos redistributivos daí decorrentes é primordial para poder, em sequência, verificar, sob uma ótica ditada pelos quatro conceitos fundamentais citados acima e explicados anteriormente, o que se pode ou não fazer num processo de equacionamento das contas públicas, o qual, necessariamente passa pela questão da Previdência e outras.

Embora o fenômeno de inflação alta e persistente comece com a construção de Brasília e, sobretudo, com a implantação do Governo Federal na nova capital, o fato é que até 1978 a estrutura fiscal do país possuía resiliência suficiente para que a inflação embora alta, estivesse ainda sob algum controle.

Em 1978, o segundo choque do petróleo encontrou o país despreparado para o brutal aumento do custo de energia. A inflação subiu para 40% ao ano. Tecnicamente, talvez ainda tivesse sido possível reduzi-la. Porém, a situação política estava difícil, e o ajuste ficou para o governo seguinte.

Em 1979 e 1980, por outro lado, foram tomadas medidas pouco avisadas como, por exemplo, transformar a indexação anual dos salários de semestral para anual, prefixação das cadernetas de poupança e outras, fazendo com que a inflação anual pulasse para 200%. Assim mesmo, o governo de então foi capaz de recuperar algum controle por causa das características do Processo Orçamentário (PO) de então.

Um Processo Orçamentário geralmente tem uma sequência muito clara:

- 1) elaboração dos planos de negócios nos ministérios e demais órgãos de governo, isto é, das políticas públicas pertinentes a cada um, com uma correspondente proposta orçamentária;
- 2) consolidação, pela área de planejamento do governo, de todas estas propostas numa proposta agregada, a qual traduz a estratégia nacional para aquele ano e que deve obedecer a um princípio de viabilidade fiscal de curto, médio e longo prazo que implique em inflação baixa e credibilidade da dívida pública federal;
- 3) aprovação desta proposta pelo Legislativo em um processo iterativo com o Executivo;
- 4) execução do que foi acordado;
- 5) acompanhamento, durante e depois, da execução das políticas públicas aprovadas;

- 6) arquivamento de todo este conjunto após a aprovação final pelo órgão de controle (Tribunal de Contas da União no caso do Brasil).

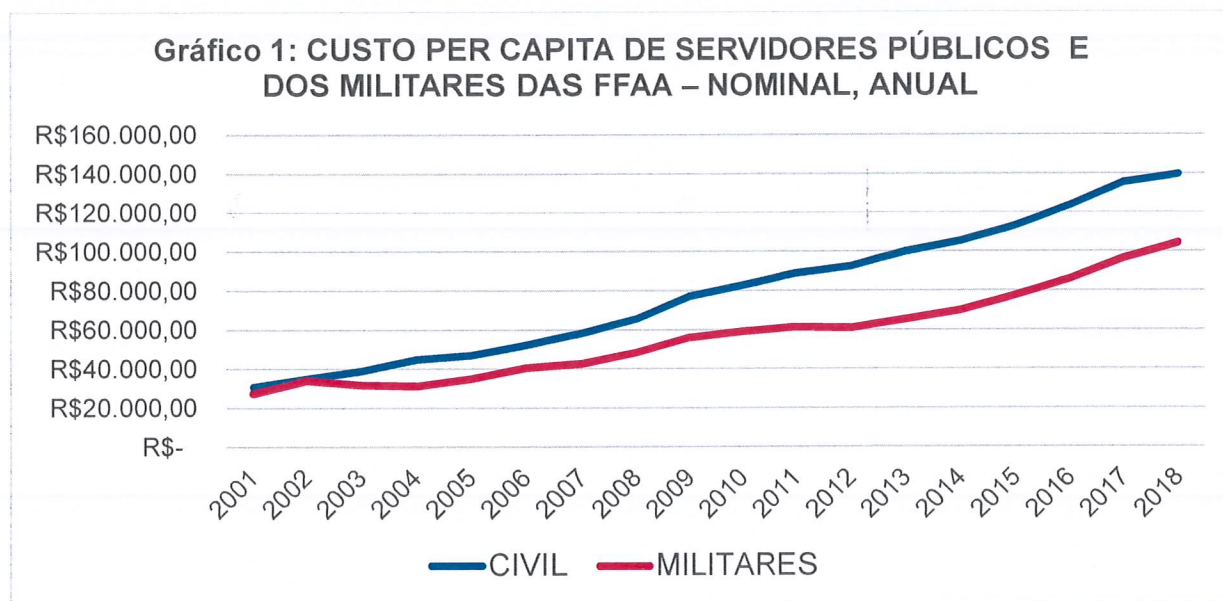
Após a meia-volta do final de 1980, a subida violenta das taxas de juros americanas tornaram o esforço de ajuste inútil, a inflação permaneceu muito alta e o crescimento econômico despencou. Assim mesmo, a inflação ainda foi muito mais baixa do que viria a ser depois.

A Constituição de 1988, criada ao sabor do fim do regime instituído em 1964, foi pródiga em ampliar desequilíbrios nas contas públicas, e, até mesmo, criar outros novos. Transferiu receitas da União para Estados e Municípios sem a contrapartida de transferir as despesas. O Processo Orçamentário rígido da Constituição anterior, onde, na prática, o Legislativo apenas aceitava do Executivo as proposta de políticas públicas não podendo interferir no desenho das mesmas e dos seus respectivos orçamentos, foi substituído por um outro que se pretendia ser mais democrático. Foi dada mais voz ao Congresso, a fim de que a escolha da estratégia nacional resultasse de uma interação entre Executivo e Legislativo.

Embora, isto fosse uma mudança essencial, infelizmente não foi feito de forma adequada. Foi mal desenhada e implementada canhestramente.

Desequilibrado por decreto, sem os meios para impor, nem ao menos para coordenar, um nível adequado de disciplina fiscal, não restou outra alternativa do que emitir moeda ou quasi-moeda (ORTNs e mais tarde LFTs) e o resultado foi um longo período de inflação extremamente elevada.

Sucessivas pirotecnias econômicas: congelamento de preços, de ativos, etc, foram germinando a idéia que as regras não eram estáveis, levando a uma atitude sociológica extremamente competitiva, onde a cooperação só sobrevivia sob o manto do corporativismo. As reivindicações salariais dos setores organizados, especialmente dos ligados ao Setor Público aumentaram sensivelmente, com a notável exceção das Forças Armadas, que colocam sempre, em primeiro lugar, o cumprimento da missão constitucional, o patriotismo, a hierarquia e a disciplina e estavam amparadas pelo SPSM. O gráfico abaixo mostra a evolução do custo per capita de um militar brasileiro a partir de 2001, comparando com o agregado para os outros setores.



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal

Um bom processo orçamentário, traduz em si um mecanismo de negociação entre Executivo e Legislativo sobre a Estratégia Nacional, isto é sobre o conjunto das políticas públicas do governo federal. Ele é um determinante capital do grau de previsibilidade e, portanto, da credibilidade de um país. Ele deve trazer embutido não só regras que estimulem a barganha política em prol do bem público, mas, também, regras que garantam a viabilidade fiscal de longo prazo.

Por outro lado, a sua maior ou menor qualidade implica diretamente na maior ou menor necessidade percebida pelas diferentes partes da sociedade sobre as garantias pelas quais devem lutar e de que forma. Portanto, as possibilidades de se modificar contratos sociais existentes de forma harmoniosa depende diretamente da melhora da qualidade do nosso PO.

Para dificultar mais as coisas, a partir de 1995, após o advento do Plano Real, o governo de então promove uma mudança de profundas consequências e que tem graves implicações sobre as reais possibilidades de se alterar o SPSM sem quebrar o contrato social existente. Examinar-se-á isto a seguir.

O Perverso Processo Orçamentário Brasileiro

A atual forma do Processo Orçamentário Brasileiro origina-se em 1995. Ela inclui uma idéia simples: o Executivo deve poder contingenciar a execução orçamentária, ficando à sua discrição o quanto vai gastar em cada uma das políticas públicas propostas. Embora alguns limites constitucionais de gastos devam ser preservados, a liberdade do Executivo para determinar a estratégia nacional se torna quase absoluta. Sem que ninguém percebesse ou protestasse o país recuou no caminho da democracia. O Executivo, ao poder gastar menos com determinada política pública acordada, de fato acaba alterando o seu resultado final, sem ter que dar satisfações a menos de alguns protestos inócuos.

O arbítrio quase total fica, bonapartisticamente, nas mãos do Executivo.

Na época não se percebeu isto. A idéia de alcançar um equilíbrio no fluxo de caixa da União dominava as considerações. A Lei de Responsabilidade Fiscal, a eliminação da quase totalidade dos bancos estaduais, também foram medidas neste sentido e pareciam ter muito nexo. Contudo, em Economia, é sempre importante entender que os agentes interagem e aprendem. O jogo evolui, se modifica, os agentes econômicos aprendem a jogá-lo. E acabou se desenvolvendo um perverso mecanismo que leva à extração de renda pelos grupos politicamente mais fortes na elaboração e na execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual.

Atualmente, podemos simplificar e dizer que o Processo Orçamentário Brasileiro se processa da seguinte forma:

- 1) Cada unidade do Governo elabora o seu plano de negócios e orçamento, e devido ao excessivo e, muitas vezes, injustificável volume de receitas vinculadas, os objetivos e os custos acabam sendo influenciados por “empreiteiras” especializadas;
- 2) Estes planos e orçamentos são enviados à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para consolidação e depois de examinados são mandados para o Congresso onde devem ser votados;
- 3) Deveria haver uma interação mais forte entre Legislativo e Executivo, mas o contingenciamento leva ao desinteresse por parte do Legislativo, e o orçamento é aprovado sabendo-se que ele não vai ser para valer;
- 4) A medida que o ano passa, o Executivo vai descontingenciando, o que é muitas vezes priorizado de acordo com a pressão política onde a experiência dos últimos vinte anos mostrou que tudo menos a transparência e a equidade dominam.

As consequências são nefastas, pois se cria um mecanismo de extração de renda por grupos, tendo como um dos sintomas a mais profunda fragmentação partidária da nossa História, fruto mais da competição por uma fatia dos recursos orçamentários do que por diferenças ideológicas.

Corrupção passa por aí, mas muitas outras coisas também, as quais, se não são ilegais, podem também ser profundamente nefastas.

O teto de gastos impôs sérias restrições a todos os ministérios e Poderes, mas a Defesa, que trabalha com planejamentos de longo prazo, se vê com grandes dificuldades porque os compromissos assumidos não são atendidos com os montantes que são alocados anualmente.

Essa carência de investimentos se faz notar nos momentos mais críticos, quando o País acaba por prescindir de um poder dissuasório adequado. Defesa não se improvisa, não se encontram militares na prateleira, demora-se anos para ter um comandante de batalhão, de uma fragata ou de um esquadrão de aviação.

Da mesma forma, os projetos estratégicos das Forças Armadas, desenvolvidos a partir de contratos internacionais, montados sobre complexos arranjos de recursos humanos, extensos cronogramas físico-financeiros e importantes programas de desenvolvimento e transferência de tecnologias, sofrem grandes impactos negativos inerentes ao processo orçamentário atual. O retardo na conclusão dos referidos projetos, além de impossibilitar a disposição de seus objetos para uso dissuasório, divulga indesejavelmente as dificuldades dos investimentos em defesa do país, o que pode ser muito prejudicial para sua política externa.

De fato, no seu estágio atual, o jogo do processo orçamentário atual enfatiza o curtíssimo prazo e a obtenção de recursos financeiros mais do que a eficácia das políticas públicas de Estado de longo prazo.

Por consequência, todos os contratos sociais expostos a estas características são, a princípio, alcançáveis e prejudicáveis em maior ou menor grau, em mais ou menos tempo. Comprometendo o seu propósito já no médio prazo.

O Contrato Social Militar, A Identidade Nacional e a Estabilidade das Instituições

A Identidade Nacional brasileira está imbricada com a existência, na forma que são estruturadas, das nossas Forças Armadas. Como já foi dito, no Brasil o Estado criou a Nação e não o contrário. Isto começou com Pombal a partir de 1750, quando foi reestruturada a governança do império português na América, passou pela Independência, pela grande pacificação interna promovida pela Trindade Saquarema, possibilitou o surgimento de uma geopolítica nacional e a defendeu nas sucessivas guerras contra países que nos atacaram. No século XX, as Forças Armadas continuaram tendo profunda influência. E, a partir de 1988, o seu irrepreensível e, muitas vezes, não reconhecido suporte à Constituição tornou possível ao país, pela via da democracia, evoluir no aperfeiçoamento de várias de suas instituições.

Tudo isto foi possível por causa de um compromisso que muitas vezes é mal compreendido pelo mundo civil: **o compromisso do militar com a sua missão.**

O militar não tem limitação de jornada, não pode escolher em que parte do país vai viver, sacrifica, sem titubear, a sua vida familiar se recebe uma ordem. Ele vive para o cumprimento da missão e, toda vez que recebe uma, esmera-se tudo para cumpri-la. Sua remuneração tem sido inferior a de outras carreiras de estado e ele é proibido de fazer greves ou participar de sindicatos. Não pondera se uma ordem deve ou não ser cumprida, cumpre. Tem uma carreira caracterizada pela disponibilidade permanente e pela dedicação exclusiva, as quais possibilitam a prontidão para o cumprimento da missão constitucional.

As especificidades e restrições da caserna, são alheias a vontade do militar e são impostas pelo Estado, em nítido sacrifício. O Estado, dessa forma, visa ao cumprimento de funções exclusivas, as quais devem ser realizadas, independentemente da situação e localização, em prol da maioria, nesse caso, a sociedade.

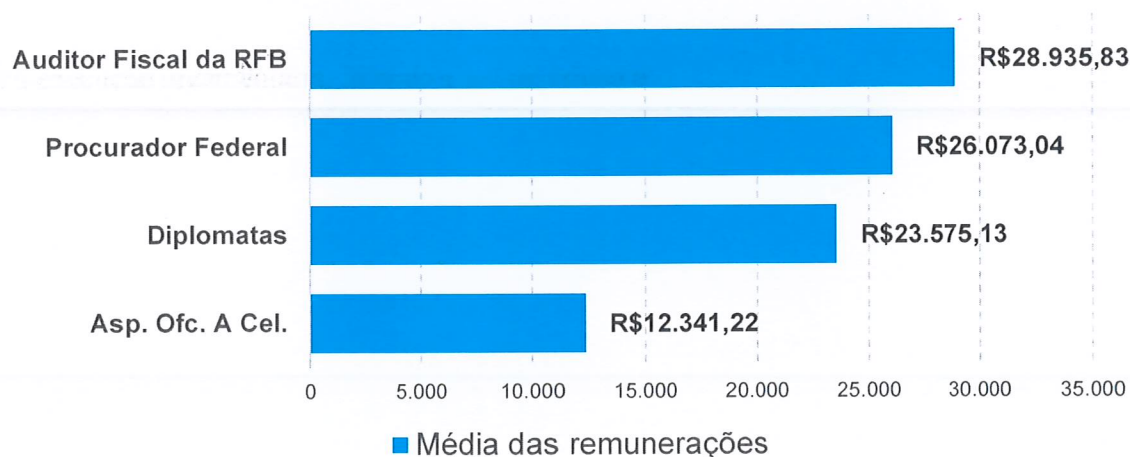
Com justeza, não se pode falar em contrapartida por tudo isto, porém existe um contrato social vigente cujo equilíbrio é de capital importância preservar. Algo que tem muito mais a ver como o militar se vê e é visto pela sua família, do que com demandas exorbitantes; que implica na auto-imagem que cada um tem de si e na consciência do seu dever. Quando um jovem escolhe ser militar e entra para uma escola militar, ele pode até estar pensando em carreira; quando ele permanece, ele faz uma opção por valores morais, por vocação. Vários países entendem isto e consideram que os seus SPSM são fundamentais, tomam extremo cuidado com eles e entendem a necessidade do entendimento e convencimento como parte de qualquer estratégia de mudança.

Atribuir aos militares a existência de um privilégio ou uma vantagem em detrimento da maioria população é desconhecer a função do militar na sociedade e no Estado e os seus serviços prestados.

O vernáculo confirma a correção do substantivo “compensação” para definir o que ocorre nas Forças Armadas: equiponderar, contrabalançar, equilibrar, igualar, indenizar, ressarcir e reparar. Se a tese de “privilégios militares” fosse verdadeira, deveria haver um movimento de saída dos servidores públicos para as Forças Armadas. Entretanto, o que ocorre é o contrário: a evasão de militares.

O gráfico abaixo ajuda a colocar esta discussão sobre outra ótica:

Gráfico 2: Média da remuneração base dos servidores civis e militares



Fonte: Boletim de Transparência.

A atividade militar é sacrificante e exigente por sua natureza, pois se destina à pior crise que pode ser criada pela humanidade: a guerra. Aqueles que de forma voluntária, doam suas vidas em prol da coletividade e submetem as suas famílias às suas peculiaridades militares esperam, no mínimo, compensação dos direitos suprimidos e dos sacrifícios praticados. Por isso, quando não mais houver reconhecimento, pode ser que não haja mais voluntários para as Forças Armadas. Vários países entendem isto e consideram que os seus SPSM são fundamentais, mesmo diante de dificuldades fiscais.

Nos EUA, o Relatório da Comissão para Modernização das Aposentadorias dos Militares assim diz:

“Nossos militares são a força de nossos Forças Armadas, e é nosso contínuo dever e obrigação garantir que as Forças Armadas recebam os recursos adequados. A segurança nacional é uma prioridade Constitucional, e os desafios fiscais que nossa Nação enfrenta não podem ser resolvidos se focando somente nas Forças Armadas. Os recursos necessários incluem as compensações e benefícios para os militares das Forças Armadas e suas famílias, que também merecem estabilidade no longo prazo. Nossa visão é de que a era atual de contínuas reduções e incertezas no orçamento das Forças Armadas afeta adversamente a prontidão e está aumentando os riscos da capacidade de nossa Nação enfrentar os requisitos crescentes de segurança nacional.”

As atividades inerentes à defesa são importantes para qualquer país. Ainda que não se esteja em guerra ou em estado de beligerância, existe a possibilidade de interesse por parte de outras nações

nas riquezas existentes no território nacional ou mesmo além de nossas fronteiras terrestres. Nesse ponto, o período de paz prolongada e a aparente inexistência de contentores externos não pode levar o Brasil a negligenciar suas Forças Armadas.

As relações internacionais são instáveis e situações de aparente equilíbrio podem ser rapidamente alteradas. A história demonstra que Forças Armadas prontas e preparadas são a retaguarda da política, da diplomacia e da paz social, por meio da projeção de poder nas regiões de interesse nacional e da dissuasão de eventuais inimigos que intencionem aplicar a solução bélica.

O Brasil, dada as suas riquezas e consequente envergadura na cena internacional não pode prescindir de Forças Armadas bem equipadas e, principalmente, de pessoal altamente qualificado e com vigor físico e mental compatíveis com os rigores da atividade militar. Pessoal esse que é atraído e retido por justas e devidas compensações, aí também incluídas as remunerações, as quais conforme demonstrado, restam prejudicadas.

Ao abordar a temática, visa-se sempre o seguinte:

- 1) Separar a questão militar da questão civil no funcionalismo público. Isto é, os dois temas não devem ser misturados ou condicionados um ao outro em nenhum aspecto;
- 2) Não expor os seus SPSMs às discussões orçamentárias de curto prazo;
- 3) Eventuais mudanças devem ser graduais e bem comunicadas;
- 4) Elas devem preservar uma equidade temporal e serem vistas não como mudanças de regras no jogo, mas sim como adaptações à mudanças nas condições subjacentes, visando a continuação do cumprimento da missão.

O compromisso dos nossos militares das tres forças garantiu que o Brasil fosse um só e que tivesse uma história única no continente sul-americano. E, desde 1988, nos tem garantido a possibilidade da alternância democrática.

E este contrato, que traz no seu bojo a garantia das suas famílias e da sua velhice não pode ser modificado sem extremo cuidado. Uma mudança aodada, sem maior reflexão, cuja justificativa é apenas uma conta, poderá comprometer o cerne da nossa identidade nacional. Além da sensação de quebra de confiança, acabar-se-ia empurrando o funcionalismo público militar para o lado vicioso do nosso atual jogo orçamentário. É aceitável se sindicalizar as nossas Forças Armadas? É aceitável jogar fora os bons princípios da hierarquia militar?

Condições Prévias para Eventuais Mudanças

Para a elaboração desta nota, a FGV conduziu o tema com integral liberdade para analisar a questão em tela. A partir dessa premissa e das considerações acima, os seguintes pontos são fundamentais

e não podem ser omitidos para se poder implementar mudança no contrato social vigente que pode afetar tão profundamente a nação no seu porvir:

- 1) A justificativa da mudança não pode ser apenas financeira;
- 2) O entendimento de que o SPSM é um problema militar de defesa, com potencial de afetar irreversivelmente as Forças Armadas no curto, médio e longo prazo;
- 3) A condução do processo de mudança deve ser atribuída às Forças Armadas para não ferir os princípios básicos da hierarquia militar e da cadeia de comando;
- 4) A percepção da equidade na distribuição de sacrifícios entre as diferentes partes do Setor Público deve ser garantida, um simples exame dos números dos últimos anos leva à conclusão que os militares já “perderam” neste item, particularmente no que se refere à questão remuneratória;
- 5) De nenhuma forma se deve aceitar que uma garantia já fraca seja substituída por uma ausência de garantia automaticamente implicada pelo natureza do nosso atual processo orçamentário.

O item 1 implica que eventual redesenho do SPSM deva estar relacionado a um aumento da efetividade de nossa defesa. Se, por exemplo, se deseja aumentar o tempo de serviço ativo, então a possibilidade lógica é um aumento da nossa segurança. Isto, porém, requer programas de investimentos plurianuais, cuja credibilidade, por sua vez, depende da alteração do atual processo orçamentário, garantindo previsibilidade, continuidade e suficiência dos aportes à Defesa.

Os itens 2 e 3 estão ligados às perguntas do ‘por que fazer’ e ‘como fazer’. A resposta não pode ser apenas ‘para gastar menos’, há de se ter uma justificativa conexa com as nossas tradições. Mais ainda, hierarquia significa não apenas que alguém dá uma ordem e o outro tem que obedecer: a delegação de competência é parte fundamental dela. E o que se trata aqui é da percepção de toda a cadeia de comando sobre o respeito do mundo civil ao seu elo mais alto e, portanto, a todo o seu conjunto.

As Forças Armadas têm conduzido estudos sobre a Reestruturação das Forças e a reforma de seu SPSM e, portanto, estão aptas a sugerirem que ajustes devem ser introduzidos em suas legislações. Possíveis propostas advindas de outros setores da sociedade precisam levar em consideração as peculiaridades das atividades militares, pouco aderentes às atividades civis de amplo conhecimento. Por conseguinte, devem ser submetidas à discussões no âmbito militar, sob pena de degradação da qualidade e prontidão dos serviços prestados à sociedade.

O item 3 tem a ver com um sentimento humano de que a equidade deve ser preservada. O militar deve ter suas peculiaridades respeitadas.

O item 4, o mais difícil, implica que sem o aumento da credibilidade que só um processo orçamentário mais sério traria é extremamente arriscado mexer num contrato social que é uma das pedras fundamentais da nossa por demais erodida identidade nacional.

Conclusão

A História das nossas Forças Armadas se confunde com a História da Identidade Nacional do Brasil e, neste momento decisivo, em que os representantes de nosso povo, no Congresso Nacional, se debruçam sobre a proposta de uma Nova Previdência, não se pode confundir esta com o Sistema de Proteção Social dos Militares, sob pena de se cometer gravíssimo erro.

Como estabelecido pela própria Constituição Federal, os militares não fazem parte de um regime previdenciário estatuído e tampouco pode ser deixado de considerar as peculiaridades da carreira militar e o sacrifício a que são submetidos os seus integrantes e, colateralmente, seus familiares.

A questão é complexa porque não se pode estender os direitos sociais e trabalhistas que amparam o segmento civil – público ou privado – para os militares, sob o risco de se perder a essência das Forças Armadas. É a dedicação exclusiva e a disponibilidade permanente dos militares que garantem a prontidão operacional com que conta a nossa sociedade.

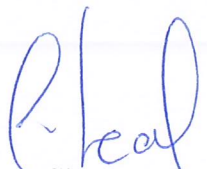
O contrato social dos militares com seu empregador – a sociedade, por intermédio do Estado – é único e o militar oferece o seu bem maior, colocando a própria vida em defesa da pátria. As regras desse contrato estão estabelecidas no Art 142. da Constituição Federal, sobressaindo a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Cabe ao Estado prover os meios necessários para que o militar cumpra com a sua missão constitucional, respeitando suas peculiaridades, prestigiando-o e garantindo uma remuneração adequada que permita uma vida com dignidade para si e seus dependentes.

Finalmente, embora o país viva há quase 150 anos em paz com a sua vizinhança, há crescentes indícios de potenciais turbulências em nosso entorno próximo. As nossas Forças Armadas são a nossa derradeira garantia de termos a permanência da paz e da nossa segurança.

Mais ainda que em outras situações e épocas, deve ficar o alerta para o cuidado extremo a ser tomado com a escolha da ocasião, do desenho, da implementação e da comunicação de qualquer alteração deste contrato social fundamental para a nossa identidade e segurança nacionais.


Data: 26 de fevereiro de 2019



Carlos Ivan Simonsen Leal
Presidente da Fundação Getúlio Vargas



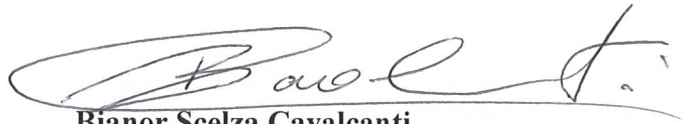
Irapoan Cavalcanti
Professor da Fundação Getúlio Vargas




Armando Santos Moreira da Cunha
Professor e Ex-diretor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da
Fundação Getúlio Vargas – FGV EBAPE



Antonio Carlos Porto Gonçalves
Professor e Ex-diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV
IBRE



Bianor Scelza Cavalcanti
Professor e Ex-diretor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da
Fundação Getúlio Vargas – FGV EBAPE



Ricardo Simonsen
Diretor Técnico da FGV PROJETOS